

NINGUEM FUNDOU PINDAMONHANGABA (II). NOTAS ADITIVAS (*).

WALDOMIRO BENEDITO DE ABREU

I. — Vez por outra, ao escrever sobre a história de Pindamonhangaba, nossa linguagem se torna irreverente, picaresca e até acre e desbordante, causando desgosto e revolta.

De certo ponto de vista isso é inevitável. Nossa tarefa tem sido a de demolir um velho mundo de história ou estórias, devendo achar o terreno sobre o qual se erigirá uma história nova, mais científica e documental, menos lendária e ufanística.

Ao derrubar a casa velha, muita poeira se levanta, mas nossas vistas realmente estão voltadas para novos e vastos horizontes de progresso e desenvolvimento, como filho desta terra bem querida, a que faltou sequência entre um passado brilhante e o presente a nos deixar na rabeira das cidades do Vale do Paraíba.

II. — Dissemos que no caso de Pindamonhangaba dr. César Salgado adota o conceito de fundação intencional e de fato, mais aquele que este. Todavia, em verdade, sua Excia. só aceita o primeiro, sendo Bicudo Leme o fundador *deliberado*. É o que se desume de suas palavras.

III. — Escrevemos que os métodos da Crítica Histórica foram aplicados ao “documento” de Ataíde Marcondes da página 234 (autoridade, época, procedência, procura do texto original, conteúdo, etc.). Não apenas a ele, senão aos da página 186, cotejando-se inúmeros outros registros dos “apontamentos históricos” de seu livro com o que escreveram autores, pindenses ou não, e realizando-se estudos comparativos e das condições político-administrativas e religiosas da época.

(*) . — A primeira parte do presente trabalho foi publicada em nosso número anterior. (*Nota da Redação*),

De como se conduziu a Crítica dará informes detalhados nosso próximo livro. Foi uma tarefa árdua, mas necessária, verificando-se que na raiz de tudo esteve presente, quando muito, uma vaga *tradição oral*, traduzida num vago, pequeno e único trecho, o qual não seduziu Pedro Taques, historiador da época de sua redação, nem os que vieram depois, no século XIX, como Azevedo Marques, que deviam ter tido conhecimento da mesma tradição e mesmo trecho.

Note-se que dissemos “quando muito”. Esse trecho, por se revestir das mais precárias condições, não pode servir sequer como início de prova, pois a Crítica está a exigir que o “documento” mesmo seja provado. Como se apresenta, de nada serve. É como se não existisse.

Frise-se, de passagem, que o “documento” não diz que Bicudo Leme fundou a povoação, e, sim, a capela. E só em termos pode-se aceitar “capela como marco de fundação”.

IV. — Para escrever sobre a história de Pindamonhangaba, cumpre conhecer, não apenas a obra, a “história” fragmentária de Ataíde, senão também todos os trabalhos publicados em livros, revistas e jornais, atinentes ao assunto.

Levamos muitos anos para reuni-los a todos, bem como os constantes da bibliografia citada pelo mestre pindense.

Mister é conhecer dezenas de obras relativas à história de São Paulo e do vale do rio Paraíba, a partir de seu primitivo reconhecimento e exploração, além de possuir noções das ciências auxiliares da história.

Indispensável frequentar arquivos públicos e corresponder com os arquivos e bibliotecas portuguesas, como o Arquivo Histórico Ultramarino, superiormente dirigido pelo dr. Alberto Iria, e donde nos vieram, há pouco, microfilmes de importantes documentos.

Tudo isso se constitui em empreitada difícil, exigindo dedicação quase exclusiva, em longos anos de estudo, meditação e pesquisa.

E dr. César, que é estudioso e pesquisador, sabe disso.

V. — Ainda no concernente ao “documento” de Ataíde da página 234, solicitamos ao dr. César, por gentileza, consulte também a 1a. edição de 1907.

VI. — Na 1a. edição o autor traz a data de 12-8-1680, ano que alterou para 1672 na 2a. edição, sem fornecer nenhuma explicação. Mudança de dia ou mês (correção de mero engano tipográfico ou de redação) se compreende, mas uma diferença de 8 anos...

Em suas *efemérides* o mestre dá a capela (ele fala em “igreja matriz”) como inaugurada em 13-6-1684 (habitualmente, não indica nenhuma fonte), doze anos depois... 12 anos para construir uma simples capela?...

Percorremos toda a bibliografia por ele referida, muitas fontes prováveis, e nada encontramos sobre essa data, estando hoje convencidos de que se trata de alguma dedução falsa (relutamos em dizer “invencionice”), como no caso do Pe. Faria, “neto” de Bicudo Leme, fruto de leitura mal feita do testamento (págs. 35-36). Não se justifica essa elementar falta de cuidado.

VII. — Escrevemos que os autores mais fidedignos dão o ano de 1690 ou suas cercanias para o estabelecimento de Bicudo Leme em Pindamonhangaba. Em verdade, eles o assinalam nos fins do século XVII ou inícios do XVIII. Como aceitar 1660?

Entre os que dão 1690 citaremos Roberto Cápri e Eugênio Egas, este (dr. César o citou) visivelmente baseado em Ataíde, página 186. Com efeito, o mestre escreveu ter sido Pindamonhangaba, de 1690 a 1705, conhecida como “freguesia de São José”, pura e rematada imaginação do autor.

VIII. — Quando dizemos que Pindamonhangaba NÃO FOI FUNDADA, queremos, evidentemente, referir-nos a uma fundação formal, oficial, intencional e do modo como no-la apresentam Ataíde e seus seguidores, ou, melhor, seus repetidores *ad litteram*, sem nada trazerem de novo à colação.

Daí nos inclinarmos para o conceito de primeiro morador, colonizador, desbravador, ou, seja, uma fundação ocasional, de fato.

Todavia — confessamos — sempre nos causou forte impressão terem os tradicionalistas de maior crédito, quais Pedro Taques e Azevedo Marques (e muitos outros trabalhos, até oficiais) dado o Pe. João de Faria Fialho como fundador de Pindamonhangaba. Tudo nos vem conduzindo à aceitação de que foi ele o eretor da primeira capela, já com o nome de Nossa Senhora do Bom Sucesso, pois a história informa que ele, não outro, dotou de patrimônio uma primitiva igreja desta cidade. E dotar com patrimônio era tudo.

Os autores mineiros geralmente dão o Pe. Faria como fundador de Pinda. Cf., por exemplo, Afonso Arinos de Melo Franco — *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil* (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação e Saúde, 1944, pág. 78).

IX. — Alguns amigos, que nos acompanham os estudos, concordaram com nossa resposta ao dr. César Salgado e perguntaram-nos se, além do que temos escrito, seria possível dizer algo mais como prova de nossas negativas.

O princípio, segundo o qual não se exige prova das negativas indeterminadas ou absolutas, repousa justamente no fato de se reconhecer a impossibilidade de prova-las ou a grande dificuldade de fazê-lo pela “soma enorme de afirmações em que se transforma” a negativa (1). Não haveria revista que conter pudesse tanta afirmação.

Bicudo Leme não fundou a povoação, nem tampouco a capela, e, para demonstra-lo, temos procurado selecionar algumas afirmações mais simples, embora cada uma de per si seja insuficiente. O conjunto ou a conjugação das probabilidades, sim, alcança bom resultado, mas reclamando do leitor uma série não pequena de conhecimentos gerais e de história de Pindamonhangaba e do Vale do Paraíba em particular.

Eis algumas, entre já publicadas e novas:

1. — A palavra de Pedro Taques e Azevedo Marques em favor do Pe. Faria, enquanto nada dizem a respeito de Bicudo como fundador;

2. — O ser voz geral dos autores que Bicudo só veio para cá de morada por volta de 1690, fins do século ou começos dos oitocentos;

3. — Pindamonhangaba, até onde pudemos chegar, já era freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso em 1696 e mui provavelmente 1693;

4. — Não ter havido, nesta cidade, até 1727, nenhuma capela ou igreja de São José, um dos pilares mestres em que se assenta a “história” de Ataíde;

5. — Não pode ser aceito, em face da Crítica Histórica, o “documento” que dr. César chama “certidão de batismo” (?), e não haver em seu prol nenhum dos bons autores (aliás, nenhum autor) ou qualquer registro coevo, coisa que, enunciada por nós, a todos tem causado profunda espécie.

E quando falamos em Crítica Histórica, aludimos a obras como a *Introdução aos Estudos Históricos* de C. V. Langlois e C. Seignobos (Editora Renascença S/A, São Paulo, 1946 (2)).

(1). — Moacyr do Amaral Santos, *op. cit.*, pág. 175.

(2). — Cf. também José Van Den Besselaar, *Introdução aos Estudos Históricos*, 3a. edição, São Paulo, 1968, obra em que heurística e hermenêutica são cuidadosamente abordadas.

Não se compreende como Ataíde Marcondes, que devia estar edificado nas lições de frei Gaspar e Varnhagen, pode transcrever em seu livro o papel que diz “encontrado na matriz”, sem as exigíveis advertências, exame e ponderações;

6. — Bicudo Leme era um homem da governança, atento às Ordenações. Não iria pensar em fundar uma povoação por conta própria, nem capela;

7. — Não se conhece nenhuma provisão para fundar povoação ou capela, e essá era uma formalidade *sine qua non*. Não podia ter desaparecido sem mais nem menos. Até Tremembé tem suas provisões;

8. — A povoação já estava formada, como bairro de Taubaté, muito tempo antes da vinda de Bicudo Leme;

9. — Ter a versão “Bicudo-fundador” toda parecença de lenda, dado que ele participou salientemente da emancipação de 1705, foi tronco de larga descendência em Pinda, mercê de seu filho Manoel da Costa Leme e dos genros referidos por Pedro Taques, além de haver sido um homem realmente extraordinário, etc.;

10. — A facilidade com que Ataíde cometeu imperdoáveis cingadas, as quais não foram duas nem três, mas dezenas.

Erros crassos e palmares, sem que ninguém, antes de nós, o contestasse ou os identificasse. Erros que o tornam autor de todo duvidoso.

X. — No que tange ao seu erro maior (o maior mesmo, a nosso ver, foi o da “capela e freguesia de São José”), considerando o Pe. Faria neto de Bicudo Leme, ensejando indevida hipótese quanto a uma filiação adúlterina ou natural, insistimos em nossa observação de que Ataíde, homem digno e bom, apenas errou ou se equivocou, obrigando-nos a vir a público e a estudar a progênie e a vida do famoso clérigo secular, o maior padre bandeirante, segundo Basílio de Magalhães, sacerdote que pode ser considerado legítima glória de Pindamonhangaba.

Foi depois de nossos reparos críticos e alerta que se começou, ainda timidamente, a coloca-lo ombro a ombro com Bicudo Leme no processo da emancipação.

Ataíde desconheceu quase completamente a atuação desse padre na história da cidade. Que homenagens os pósteros têm prestado a ele?

O mestre pindense apenas o refere como vigário de 1705 a 1712 (em verdade, ele o foi desde muitos anos antes) e construtor, com Bicudo, da igreja nova de 1707.

Duas ou tres palavras na página 251. Assim mesmo — pesa di-ze-lo — tudo errado e aquela verdadeira leviandade histórica e fábula de considera-lo filho de Domingos Gil de Siqueira e de Margarida Bicudo Leme, quando o padre tinha idade bastante para ser pai de ambos.

Nós (um pouco também Rômulo Campos D'Arace) o arrancamos da obscuridade a que foi relegado e em nosso próximo livro tere-mos um capítulo especial sobre ele, trazendo à luz coisas que letra de imprensa jamais viu, com projeta-lo intensamente na história dos co-meços da cidade, até anos após a emancipação.

Depois não vão dizer que, em tempo algum, se negou seu papel na história de Pindamonhangaba. Não afirmar, silenciar é negar, visto que “quem não é por mim é contra mim”, como diria o Mestre.

XI. — Bicudo Leme sabia perfeitamente ou devia saber, homem que era da governança, exercendo inúmeras funções, que as terras do Brasil, pertencendo ao senhorio da Ordem de Cristo, nelas não se po-dia erigir a não ser vilas (3), e que, de acordo com as leis de então, só se admitia a existência de vilas de 5 em 5 léguas. Devia também saber que vilas só podiam ser fundadas pela autoridade competente ou a mando dela. Neste ponto, de “fundação intencional da povoação por parte de Bicudo Leme”, dr. César Salgado há de convir que não lhe assiste nenhuma razão. Como não houve ato oficial mandando criar povoação, nem Bicudo a criou de fato, a conclusão é que ele não foi o *fundador*.

Tambem na discussão de problemas de história, máxime de Pin-damonhangaba, a Crítica recomenda não se *afirmar* nada que não se possa *provar*, a não ser em caso de negativa absoluta ou de hipótese de trabalho (“parece” ou equivalentes). Só assim se poderá saber a verdade.

O artigo de dr. César contem umas dez afirmações que o “do-cumento” não prova.

Pindamonhangaba, janeiro de 1972.

(3). — Diogo de Vasconcelos, *História Antiga das Minas Gerais*, 2º vol., 1948 (Imprensa Nacional), pág. 384.